



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-  
2034 (PL 2614/24)

EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025

*Emenda Modificativa ao PNE, referente  
à Estratégia 8.9 do Anexo do Projeto de  
Lei.*

Art.1º A **Estratégia 8.9 ao Objetivo 8** do Anexo do Projeto de Lei nº 2614/2024 passa a ter a seguinte redação:

“Estratégia 8.9. Adequar cardápios e ampliar a política de oferta da alimentação escolar e a aquisição local de alimentos de povos indígenas, quilombolas, do campo, povos e comunidades tradicionais, por meio de chamadas públicas de compras da agricultura familiar específicas, reconhecendo a alimentação escolar como uma forma de autoconsumo tradicional, respeitadas as características culturais, inclusive de alimentação, e as especificidades dos territórios tradicionais, indígenas e quilombolas, de forma a aprimorar os processos de aquisição e a apoiar os produtores locais, e evitando a oferta de ultraprocessados.”





## **JUSTIFICATIVA**

A substituição do termo "merenda" por "alimentação escolar" na Estratégia 8.9 representa um avanço conceitual ao superar a noção assistencialista e restritiva que o primeiro termo carrega. Essa mudança reconhece a alimentação como parte integrante do projeto educativo, vinculada ao direito humano à alimentação adequada e à segurança e à soberania alimentar e nutricional, que deve dialogar com os saberes tradicionais sobre alimentação saudável e sustentável, especialmente nos territórios indígenas e quilombolas. Essa abordagem qualifica a relação entre escola e comunidade, transformando a aquisição de alimentos em estratégia de fortalecimento da economia local, da cultura alimentar e da educação nutricional, em consonância com os princípios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A alimentação escolar em terras indígenas e territórios quilombolas ainda é escassa e baseada em alimentos processados e ultraprocessados, em desrespeito às diretrizes por uma alimentação saudável e culturalmente adequada que orientam o PNAE. Além disso, são altos os custos logísticos, fazendo com que boa parte do orçamento destinado à alimentação escolar seja gasto com transporte e não na compra de alimentos. Por estas razões deve-se priorizar as compras locais

Esta emenda está sendo apresentada por sugestão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntamente com 17 entidades que compuseram a construção de seu caderno de emendas: Ação Educativa, ActionAid, Fineduca, CEDECA-CE, CNTE, Mieib, MST, REPU, Uncme, Undime, ÔAE, Fonec, Cátedra Unesco da UnB, IDDH, Aprendiz, AUE, ObsEM.

Sala da Comissão, 16 de Maio de 2025

**Deputada Sâmia Bomfim**  
**PSOL/SP**

